

Nós versus Eles: A Construção do “Eu” e do “Outro” no Discurso Político Populista

Us versus Them: The Construction of the “I” and the “Other” in Political Populist Discourse

REVISTA
com **política**

revista compolítica

2021, vol. 11(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2021.11.456

 Open Access Journal

Lucas L. Fraga

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP)
[Higher School of Advertising and Marketing]

Tânia M. C. Hoff

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP)
[Higher School of Advertising and Marketing]

Resumo

Abordamos, neste artigo, como é construída a representação de “povo” no discurso político brasileiro em dois momentos da história recente do país. Para este debate, o corpus é formado por dois pronunciamentos: um do ex-presidente Lula (2003-2010) e um do atual presidente Jair Bolsonaro, com início do mandato em 2019. A partir destes atos discursivos, observamos como significações de mundo são mobilizadas, promovendo sentidos em torno da relação entre o Eu e o Outro, de modo a construir uma representação de “povo” – aspecto constitutivo do populismo. A Análise Crítica do Discurso fundamenta nossa conduta teórico-metodológica, por meio da qual investigamos as estratégias argumentativas presentes na construção da representação de “povo”, considerando a oposição “Nós vs Eles”, e problematizamos em que medida as significações de mundo acionadas na construção da oposição ao “Outro” podem representar uma ameaça aos regimes democráticos. Como referencial teórico, partimos de reflexões a respeito do populismo, notadamente de autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, bem como das problematizações de Norman Fairclough a respeito de discurso.

Palavras-chave: Comunicação política; Populismo; Análise Crítica de Discurso.

Abstract

In this article, we approach how the representation of “people” is constructed in Brazilian political discourse at two moments in the country’s recent history. For this debate, the corpus consists of two pronouncements: one by former president Lula (2003-2010) and one by current president Jair Bolsonaro, who began his term in 2019. From these discursive acts, we observe how meanings of the world are mobilized, promoting meanings around the relationship between the Self and the Other, in order to build a representation of “people” – constitutive aspect of populism. Critical Discourse Analysis underpins our theoretical-methodological approach, through which we investigate the argumentative strategies present in the construction of the representation of “people”, considering the opposition “Us vs Them”, and problematize the extent to which the meanings of the world triggered in the construction of opposition to the “Other” can pose a threat to democratic regimes. As a theoretical reference, we start with reflections on populism, notably by authors such as Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, as well as Norman Fairclough’s problematizations about discourse.

Keywords: Political Communications; Populism; Critical Discourse Analysis.

Nós versus Eles: A Construção do “Eu” e do “Outro” no Discurso Político Populista

Lucas L. FRAGA
Tânia M. C. HOFF

O fim da Guerra Fria promoveu mudanças na política ocidental. Com a queda da União Soviética e a vitória incontestada do modelo social-econômico dos Estados Unidos da América, os sistemas políticos de diversos países, não encontrando alternativas possíveis à hegemonia do neoliberalismo, absorveram suas lógicas no fazer político. Segundo Mouffe (2015), para “reinventar” e “modernizar” a esquerda, a social-democracia, ao longo dos anos 1990, acomodou-se em um centro político, o que resultou na diluição das fronteiras entre os partidos políticos e fundamentou uma “política sem antagonismos”, caracterizada por governos de coalizão e pouca diferenciação ideológica entre partidos.

Neste período pós-guerra fria, as mudanças ocorridas no cenário político criaram as condições para a emergência de uma onda populista que tem varrido o mundo ocidental na segunda década deste século. Após duas décadas em que a “pós-democracia” procurou apagar a dimensão coletiva da Política, os movimentos populistas nos lembram que “[...] a política consiste sempre na criação de um ‘nós’ contra um ‘eles’, e que isto exige a criação de identidades coletivas” (Mouffe, 2015, 69). O Brasil de Bolsonaro e os EUA de Trump são exemplos de experiência populista que retoma a mobilização de identidades coletivas em oposição (cf. Laclau, 2013).

Abordamos, neste artigo, a representação de “povo” no discurso político brasileiro em dois momentos da história recente do país, tendo como pressuposto que a lógica populista opera no discurso político, constituindo-se como algo próprio da comunicação política. Partimos da compreensão de que todo discurso político é construído em torno de uma estratégia argumentativa “Nós vs Eles” (cf. Van Dijk, 2017; Laclau, 2013; Mouffe, 2015), mobilizando, assim, identidades coletivas em oposição. Desta forma, concebemos que todo discurso político, independentemente de ideologias, possui algumas características do populismo. Diante desta constatação, propomo-nos a debater a seguinte questão: como

é construída a representação de “povo”, considerando a oposição entre “Eu/Nós” e “Outro/eles” no discurso populista brasileiro contemporâneo e em que medida esta oposição representa uma ameaça aos regimes democráticos?

Para investigarmos a referida questão problema, o *corpus* é composto pelos pronunciamentos de posse de duas personalidades recentes da política brasileira: o de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007; e o de Jair Bolsonaro, em 2018. Estes dois pronunciamentos foram escolhidos após uma pesquisa exploratória em que selecionamos falas destes dois políticos em três momentos após as eleições: i) o pronunciamento da vitória; ii) o pronunciamento de posse; e iii) algumas falas no primeiro mês de mandato. Este levantamento inicial foi relevante para que verificássemos a presença da estratégia discursiva “Nós vs Eles” em Lula e Bolsonaro, atestando nossa hipótese de que haveria, em ambos, incidência da lógica populista.

Após esta primeira etapa de coleta de material, selecionamos o *corpus* a ser analisado, considerando dois aspectos. Primeiramente, o pronunciamento de posse é um momento em que ocorre uma retomada do plano de governo, ou uma síntese das posições políticas da autoridade em questão. É relevante em termos ideológicos, pois o político recém-empossado mantém aspectos do discurso de campanha – o que faz com que os significados em torno do “povo” e de seu “inimigo” ainda reverberem em suas falas. Em segundo lugar, o pronunciamento de posse é também relevante em termos de *abrangência*, pois é o momento em que o político se dirige a toda a população brasileira como presidente eleito.

Para analisar como Lula e Bolsonaro mobilizaram “significações de mundo” (cf. Fairclough, 2001) na estratégia “Nós vs Eles” e construíram, cada um a seu modo, uma representação de “povo”, definimos a Análise Crítica de Discurso (cf. Van Dijk, 2017) como conduta teórico-metodológica, dado seu enfoque nas desigualdades de poder entre os interlocutores do discurso. O discurso é, pois, uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91). Assim, o discurso político consiste num evento comunicativo praticado pelos múltiplos participantes dos processos políticos – não apenas os mandatários, mas também os eleitores, os partidos, os grupos dissidentes etc. (Van

Dijk, 1997), de tal modo que as significações de mundo sejam àquelas concernentes aos grupos politicamente hegemônicos e aos valores que fundamentam os modos de exercer o poder.

Nesta perspectiva, em primeiro lugar, realizaremos uma análise do macronível discursivo (Van Dijk, 2017): a sociedade na qual os referidos pronunciamentos estavam inseridos. Teceremos considerações acerca do discurso populista, estabelecendo relações com o contexto sócio-histórico em torno dos movimentos encabeçados por Lula, a partir de 2002, e por Bolsonaro, em 2018. Este momento se refere àquilo que os teóricos da Análise Crítica chamam de “análise social” (Cf. Van Dijk, 2017; Fairclough, 2001), por meio da qual o analista de discurso busca explicitar as ideologias que perpassaram os discursos em determinado momento da sociedade.

Em segundo lugar, passaremos à análise dos pronunciamentos em seu micronível (o “texto”), considerando as estratégias retóricas e lexicais utilizadas na atribuição de sentidos ao “Eu” e ao “Outro” – notadamente a estratégia global de “autoapresentação positiva e outro-apresentação negativa” (Van Dijk, 2017, p. 252). Para tanto, analisaremos três operações discursivas: os pressupostos, que funcionam como uma rede formada por premissas, as quais são aceitas implicitamente; os estereótipos, que reafirmam representações, pois sua função é manter os sentidos e reproduzir verdades; e o senso comum, que naturaliza as práticas cotidianas e os acontecimentos político-sociais, bem como as relações de poder aí implicadas.

Para problematizar, no nível teórico, como discursos políticos abrigam elementos populistas na construção da oposição entre “povo” e seu “inimigo”, mobilizamos noções e procedimentos da Análise Crítica do Discurso à luz do conceito de populismo e de reflexões sobre a Política. Assim, Laclau (2013), Mouffe (2015) embasam este estudo, juntamente com as problematizações de Samir Gandesha (2018) e Humber & Schimpf (2017) a respeito das diferenças entre o populismo de esquerda e de direita, bem como o pensamento de Norman Fairclough (2001) e Teun van Dijk (2017) sobre discurso e memória social.

Breves Considerações sobre o Discurso Populista

Quando falamos sobre discurso, referimo-nos a um fenômeno amplo de significação, construído num determinado contexto sócio-histórico. Discurso é, pois, “uma prática social ou um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (Van Dijk, 2017, p. 12). Logo, há uma relação entre as práticas discursivas e as estruturas de determinada comunidade, já que o discurso atua na sociedade, atravessando-a e contribuindo na construção de representações sociais e de sentidos comuns.

Para a Análise Crítica do Discurso, os discursos são fenômenos que mobilizam aspectos das cognições individuais. Segundo van Dijk (2017), nossa estrutura mental é formada, entre outras instâncias, por nossas experiências pessoais (aquilo que ele chama de “memória episódica”) e por conhecimentos mais gerais (“memória social”). Assim, todos os sujeitos de uma sociedade são culturalmente constituídos tanto por sua própria história de vida, quanto por significados sociais mais amplos que formam “[...] uma base comum de crenças socioculturais, caracterizada por conhecimentos e opiniões culturais geralmente partilhados” (Van Dijk, 2017, p. 203). Estes significados da “memória social” são discursivamente construídos, e incluem o senso comum, os conhecimentos históricos e mesmo os “conhecimentos de grupo” (concebidos no interior de comunidades religiosas, partidos políticos etc.).

Tal diferenciação teórica entre cognição e memória social, embora didática, é difícil de ser percebida na prática, pois nossas experiências pessoais também são atravessadas por conhecimentos mais gerais de nossa sociedade, que influenciam nosso modo de interpretar os eventos que nos cercam. Se somos parcialmente formados por uma “memória social”, isto significa dizer que somos sujeitos discursivamente constituídos, “produzidos” por uma infinidade de vozes que atravessam nossa sociedade e constroem nossos códigos de conhecimentos. Assim, os discursos constituem nossa realidade; e, ao mesmo tempo, também são constituídos a partir dela, pois são produto de um determinado contexto social.

Se observamos os “conhecimentos de grupo” acerca dos quais van Dijk nos fala, podemos exemplificar isto de forma mais contundente. Suponha que tenhamos ingressado em

determinado grupo político. Em seu interior, perceberíamos a circulação de diversos conhecimentos específicos: políticos, dogmáticos, históricos, dentre outros. Estes conhecimentos, que são discursivamente construídos, constituiriam nosso modo de perceber o mundo, por exemplo, a forma como interpretamos um noticiário, um filme no cinema ou o pronunciamento de um candidato à presidência da República. Da mesma forma, estes “conhecimentos de grupo” também seriam constituintes de nossa prática cotidiana, do nosso estilo de vida. Haveria em nosso grupo político, com toda a probabilidade, membros mais “extremos”, que ressignificariam e reproduziriam os discursos de forma mais literal; e outros mais “brandos” ou “moderados”, que os relativizariam. De todo modo, estes conhecimentos discursivamente construídos constituem esta pequena comunidade política, ao mesmo tempo em que são constituídos por ela. E, além disso, garantem a sua *unidade* como um grupo.

Esse exemplo também reafirma o discurso como prática social. Como fenômenos comunicativos e culturais de uma sociedade ou de um grupo, os discursos são expressos por meio de palavras e de atitudes no cotidiano. Deste modo, o discurso populista atua em determinada sociedade, incidindo sobre cognições individuais e resultando em uma prática social.

Laclau (2013) concebe a razão populista como uma lógica constitutiva da política, que se manifesta tanto em democracias como em regimes totalitários. Conforme o referido autor, o populismo consiste num “[...] modo de construir o político” (2013, p. 28) e emerge da produção discursiva de uma representação de “povo” em oposição a um “inimigo”. Nesta perspectiva, o populismo se forma a partir de certas condições, dentre elas, a existência de “demandas democráticas” não resolvidas.

Ainda conforme Laclau (2013), é necessária a confluência de vários grupos sociais em torno de “demandas democráticas” não resolvidas para a ocorrência de uma experiência populista. Neste grande grupo, as particularidades serão eliminadas e as demandas não correspondidas embasam a formação de uma unidade, uma comunidade mais ampla, a partir da qual se funda a noção de “povo”.

É necessário que vários grupos, cada qual com várias demandas próprias, aglutinem-se em um grande grupo. Quando supridas, estas demandas desaparecem; entretanto, se forem ignoradas pelo Estado, transformam-se em exigências que se acumulam e passam a ecoar num grupo social mais amplo, unido por aquilo que Laclau (2013) chama de “cadeia de equivalências”. Para haver coesão, é preciso que os membros do “povo” formem uma identidade coletiva, construída “[...] no ponto de encontro entre a diferença e a equivalência” (Laclau, 2013, p. 133). Assim, emerge uma demanda hegemônica, que definirá o “popular” e servirá para homogeneizá-lo. Devido à amplitude do grupo e sua aparente unidade, tem-se a ideia de que este “povo” é a única parte legítima do todo social, colocada em direto embate a um “inimigo” (que geralmente representa o *establishment*).

É neste ponto que nossa discussão inicial sobre discursos como prática social e formadores de cognições converge para o populismo, pois, para fortalecer a identidade coletiva, é necessário que circulem discursos, os quais mobilizam aspectos da “memória social”. Laclau argumenta que, sem a atuação da memória social, a comunidade estaria conectada apenas por um “[...] vago sentimento de solidariedade” (2013, p.150). Os discursos que circulam em uma experiência populista preenchem de significados alguns “significantes vazios” – expressão utilizada por Laclau para se referir a termos vagos e imprecisos que simbolizarão as lutas políticas do “povo” e formarão a cadeia de equivalências que unirá os diversos grupos.

Um exemplo trazido pelo autor se refere à Revolução Russa. Entre os anos de 1916-1917, as muitas demandas sociais daquela sociedade acabaram aglutinadas em torno do mote “Pão, Terra e Paz”. Estes três termos – os significantes vazios em questão – foram discursivamente preenchidos de significados, de modo que passaram a significar outras coisas além de pão, terra e paz. Cada indivíduo se apropriaria deste mote em sua individualidade: para uns, “Pão, Terra e Paz” significava a luta por igualdade e liberdade; para outros, a busca pela justiça social; para outros ainda, a garantia de menores índices de violência. O lema lhes deu uma identidade e criou a cadeia de equivalências que preservava sua unidade como um grupo. Este grupo, por sua vez, colocou-se como a única parte legítima da sociedade russa: “todo o poder aos soviets” (Laclau, 2013, p. 135).

Por meio das interações discursivas, as muitas demandas sociais convergem para uma demanda específica, hegemônica, que “[...] representará o discurso popular” (Laclau, 2013, p. 14). São os discursos que constroem os significados que criam as cadeias de equivalência e, em última análise, formam o “povo” do populismo. Momentos de crise e/ou de eleições são férteis para se observar como as demandas populares são mobilizadas nas falas de autoridades ou de candidatos a cargos públicos, pois nestes momentos os grupos políticos tentarão constituir a unidade em torno de um amplo grupo social – para o qual o político se constituirá como um representante.

A identidade coletiva, que se denomina “povo”, passa a existir quando ocorre um movimento discursivo que aglutina e unifica as demandas. O seu “inimigo”, que também consiste numa construção discursiva, variará conforme a identidade popular. Assim, cada grupo político, à medida que se projeta ao poder, definirá uma concepção de “povo” e de “inimigo”, por meio de estratégias discursivas construídas em torno da dinâmica “Nós vs Eles”.

Nesta mesma linha, segundo Huber & Schimpf (2017, p. 147), a maioria dos estudos indica pelo menos quatro atributos centrais ao populismo: povocentrismo; a percepção do Povo como uma entidade homogênea com uma vontade geral; antielitismo; e a representação de uma crise permanente. Nesta perspectiva, Mudde (2007, p. 150-155) identifica três aspectos que caracterizam uma democracia populista. Em primeiro lugar, trata-se de uma política plebiscitária: o poder de decisão pertence à maioria do “povo” no lugar das velhas elites. Para tanto, populistas geralmente propõem reformas como referendos, iniciativas dos cidadãos e a derrocada de outras figuras políticas. A segunda característica de uma democracia populista diz respeito à personalização do poder, representada pelas eleições diretas e pelo poder crescente das figuras do Executivo, que procuram governar sem a interferência de instituições intermediárias. E a terceira, reside na primazia do político, pela qual as instituições legais não devem limitar a “vontade do povo” (Otjes & Lowerse, 2015, p. 6).

Nos itens a seguir, desenvolvemos a análise dos pronunciamentos, notadamente aquela do micronível discursivo, considerando como cada um dos presidentes eleitos atribuiu sentidos ao “povo” e seu “inimigo”, a partir de três operações discursivas: pressuposto,

estereótipo e senso comum. Nesta perspectiva, tecemos relações entre a ideia de “povo” e as ameaças à ordem democrática, pois consideramos que a representação de “povo” se constrói a partir da oposição ao “Outro” e que, conforme se diferenciam as significações de mundo e as atribuições de sentido ao “Eu” e ao “Outro” no discurso populista, ampliam-se os riscos à ordem democrática. Destarte, a oposição “Nós vs Eles”, enquanto construção discursiva, atua na prática social e pode originar movimentos autoritários de exclusão (ou mesmo dizimação) do “inimigo”.

“Nós” e o “Outro” no pronunciamento de Lula

Quando Lula chegou à Presidência da República, em 2003, recebeu um país imerso em diversos problemas sociais e econômicos. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, embora tenha dado seguimento a importantes políticas que conduziram o Brasil em seu processo de redemocratização, acabou abraçando a cartilha neoliberal amplamente difundida pelos Estados Unidos da América. No entanto, as medidas de austeridade fiscal foram incapazes de frear a inflação e o crescente endividamento externo do Brasil, e acabaram por chafurdar o país em uma grave situação de desemprego, pobreza e criminalidade. Se seguirmos conforme nossas lentes teóricas, podemos dizer que a sociedade brasileira, na virada dos anos 2000, acumulava uma série de demandas não supridas – fato que, como vimos, é favorável para a emergência de uma experiência populista.

Considerando o contexto socioeconômico daquela época, não nos surpreende o fato de que a campanha presidencial de Lula em 2002 tenha se filiado a um discurso da mudança (Almeida, 2003), identificado principalmente com os estratos marginalizados da sociedade. As dinâmicas discursivas da campanha petista procuraram aglutinar as demandas sociais em torno de um “povo” definido por categorias majoritariamente econômicas – para as quais convergiam não apenas as classes mais baixas, mas também as classes médias e mesmo as elites intelectuais que, de certa forma, identificavam-se com os significados do “povo” lulista (Cazarin, 2003; Almeida, 2003).

Nosso propósito aqui não é analisar o discurso de Lula ao longo de seu governo (isto nos demandaria um escopo muito mais amplo); no entanto, esta rápida contextualização é importante para que possamos analisar o pronunciamento de posse de seu segundo mandato. Escolhemos este pronunciamento em vez daquele de 2003 por um motivo: em 2007, Lula já ocupava o cargo de Presidente da República, o que significava que tinha assumido uma posição de poder; no entanto, ainda assim se mantinha afastado da “política elitista” – o “Outro” em relação ao qual construía oposição (Cazarin, 2003). Ser governo e, ao mesmo tempo, criticar a elite política brasileira cria condições para que a lógica populista opere como característica fundante de seu discurso. O modo como Lula categoriza o “povo” e o “inimigo”, para nos atermos à terminologia de Laclau (2013), não era mera retórica eleitoreira; era, antes, intrínseca ao seu fazer político.

Assim, em seu pronunciamento de posse em 2007, Lula demarca a diferença entre a “elite” brasileira e seu governo, mantendo-se próximo do “povo” – categoria típica da experiência populista, discursivamente preenchida de significados bem próprios, o que apresentamos no quadro abaixo:

Quadro 1: Atribuições de sentido no pronunciamento de posse de Lula em 2007¹

NÓS (Identificação com o Povo)	ELES (Construção do Inimigo)
• “Nós” (o povo) construímos essa democracia; • “Nós” (o povo) temos o Palácio do Planalto; • “Nós” ouvimos o povo;	• “Eles” não são democratas; • “Eles” não dão ao povo o acesso ao Palácio; • “Eles” não ouvem o povo;

¹ Do discurso de posse do Presidente Lula, no Parlatório, em 1º de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-2o-mandato/view>>.

● “Nós” somos a “mãe dos mais necessitados”. Mudança enunciada: ● “Nós” vamos resolver o problema das “décadas e décadas de dívida social”; ● Os “Nossos” “próximos quatro anos serão (...) de muito trabalho”.	● “Eles” são a (velha) política “onde as coisas emperram”; ● “Eles” são a (velha) política “de outra época, em que o País crescia e o povo continuava pobre”.
---	---

Fonte: Os autores.

No Quadro 1, apresentamos os modos pelos quais a relação “Nós vs Eles” é construída no discurso político, notadamente por uma estratégia global de autoapresentação positiva vs outro-apresentação negativa (Van Dijk, 2017), a partir da qual se cria a imagem do “Eu” e do “Outro” pelo distanciamento. No pronunciamento de Lula, evidenciam-se aspectos que alicerçam a construção de uma ideia “povo” em oposição ao *establishment* elitista: “Nós” construímos a democracia que “Eles” ameaçavam; “Nós” vamos resolver o problema “das décadas de dívida social” que “Eles” criaram; “Nós” vamos fazer a economia crescer, mas não da mesma forma que “Eles”, quando o povo continuava pobre; etc.

Os pressupostos, implicitamente aceitos, aludem à “sabedoria”, “solidariedade” e ao “companheirismo” como aspectos constitutivos do “povo”. Ou seja, evidencia-se a imagem de “povo” simpático, que representaria a “cara do Brasil”². Há, nesta caracterização, a mobilização da “memória social”, sobretudo pelo resgate de cenas alegres do imaginário coletivo: Lula cita, por exemplo, os “pais e filhos” que “tomam café pela manhã” e, quando podem, “tiram férias” para cuidar de sua família. Este tom

² Esta percepção também pode ser vista em campanhas petistas da época, que veiculavam imagens de populações carentes e/ou minorias sociais que, não obstante, permaneciam com semblantes alegres e satisfeitos.

ameno concedido à identidade popular evidencia a caracterização indireta do “Outro”: quem não é “povo” não compartilha destas características. Ou seja, não é “sábio”, não é “solidário” e também não é “companheiro”.

A representação de “povo”, construída por Lula, é alicerçada na ideia de reparação de injustiças, expressa pela menção à “dívida social” que o Brasil arrasta historicamente. O emprego de adjetivos como “sofrido” e “pobre”, dois termos de conotação econômica, remetem às desigualdades sociais: de modo que “povo” encontra-se em oposição à “elite” tradicional e a rede semântica acionada abriga termos econômicos e referências à marginalização social – os “trabalhadores”, os “que vivem nas ruas catando papel” e os “negros e índios” materializam e exemplificam segmentos da população. Neste caso, as “cadeias de equivalência” deixam entrever a heterogeneidade, os diversos grupos marginalizados que compõem a população brasileira. Assim, a representação de “povo” construída por Lula abriga diferenças, seja de gênero, raça ou classe.

No pronunciamento de Lula, a justiça social demandada promove certa unidade no conjunto de injustiças a serem reparadas, de tal modo que o inimigo é caracterizado de forma indireta e abstrata, por meio de noções sociológicas e históricas, enfatizando seu distanciamento dos economicamente fragilizados. O “Outro” é construído em relação à “elite colonial brasileira” (cf. Souza, 2009), grupo conservador e escravocrata que historicamente se opôs ao que o sociólogo Jessé Souza (2009; 2019) chama de “ralé” abjeta e explorada. Assim, o “inimigo” é a “política nacional” que não ouve o povo; ou então é a política sórdida que “engana” e ameaça. Ao caracterizar o “povo”, caracteriza-se também a “elite”: se eles são “sofridos”, é porque *alguém* os fez sofrer; se há “dívidas sociais”, é porque foram historicamente causadas por *alguém*; se o povo “precisava ser tratado com respeito”, é porque *alguém* não o fazia.

Esta significação indireta que caracteriza o “Outro” em perspectiva histórica desloca a oposição “Nós *versus* Eles” para os processos históricos e acena para mudanças de ordem social. Em seu pronunciamento, Lula emprega o verbo “conquistar”, em distintos momentos da fala, referindo-se ao modo como o “povo” alcançou seus direitos básicos – por exemplo, aumento de salário, acesso ao trabalho, lazer, cultura, educação – e também à “conquista da democracia”. O verbo “conquistar” integra uma rede semântica de

“superação” ou “vitória sobre algo/alguém”, mobilizando sentidos de “luta” democrática encabeçada pelo “povo”, na qual o “inimigo” detinha o controle sobre os direitos sociais e não estava disposto a cedê-lo (daí a necessidade de estes direitos serem “conquistados”). Esta luta, no entanto, não estava encerrada: pois, para Lula, trata-se de um permanente estado de alerta para a defesa dos direitos democráticos, que vai “doer a quem doer”.

A representação de povo enunciada por Lula enfatiza a justiça como parâmetro institucional e a atitude de luta pelos direitos, por parte dos cidadãos. Esta representação de povo que é, ao mesmo tempo, marginalizado e sujeito das transformações que virão no marco do novo governo convoca o povo para uma conduta participativa, o que se mostra em oposição ao senso comum – naturalização da ideia de que o povo não luta pelos seus direitos.

Na construção da oposição elite/marginalizados, juntamente com os pressupostos – premissas tacitamente aceitas –, atuam os estereótipos tanto do grupo dominante quanto do marginalizado, que reproduzem representações sedimentadas da sociedade brasileira. Considerando que a função dos estereótipos é manter os sentidos e reproduzir verdades, a oposição “Nós *versus* Eles”, construída por Lula, repousa na memória social e na fossilização de certas representações. Ainda que Lula valorize as conquistas do povo e acene para transformações da sociedade, a mobilização dos estereótipos sugere o cuidado do enunciador na promoção de tom conciliador, que sinaliza necessidade de mudança, sem rupturas bruscas.

Há, ainda, a “autoexaltação nacionalista” (Van Dijk, 2017), que consiste numa estratégia relevante na oposição “Nós *vs* Eles” e, consequentemente, na representação de “povo”. Segundo Laclau (2013), na América Latina, o elogio à Nação é uma característica marcante dos sistemas políticos. Historicamente, os países desta região se engajaram em lutas contra o poder colonizador, reforçando a necessidade de formação de Estados nacionais fortes. No contexto da dominação colonial, o “populismo de Estado” fez com que a dinâmica “Nós *vs* Eles” fosse construída sobretudo em termos de uma “luta” contra o poder estrangeiro. A ideia de “Nação” foi essencial para a construção de cadeias de equivalência para unir o “povo” dos países latinos. Já no que tange ao sentimento de pertencimento a uma identidade coletiva nacional, “autoexaltação nacionalista” o

pronunciamento de Lula aciona estereótipos do povo brasileiro como alegre e esperançoso.

Retomando a estratégia global de “autorepresentação positiva”, a partir da ideia de “autorepresentação da cultura” proposta por Fiorin (2007), podemos conceber a “autoexaltação nacionalista” como um tipo de “autorepresentação” que compreende tanto o princípio de exclusão quanto o de participação. A exclusão opera por meio da seleção do que é pertinente e tende à rejeição daquilo que é impuro. Já a participação, embora aceite a mistura, afirma a oposição entre desiguais e iguais. Assim, quando Lula mobiliza a “autoexaltação nacionalista” para se referir ao “Brasil do futuro”, ele reafirma o princípio de participação e elege um “significante vazio” que abre possibilidades de construção de um país próspero, que contempla os marginalizados e se expressa por meio da rede semântica de “prosperidade” – a qual aciona significados mais amplos, como segurança, igualdade e justiça; e também significados mais imediatos, como saneamento básico, melhores hospitais, maior qualidade das escolas etc.

Ao mobilizar o estereótipo “Brasil do passado”, que evidencia a fossilização de certas representações, Lula resgata a consciência histórica da dominação estrangeira e da exploração nacional expressas na alusão à “dívida social” e “pobreza”, respectivamente. Ou seja, traz para a arena discursiva um “significante vazio”, que abre possibilidades de ressignificação do passado e de transformações sociais no presente, pois a oposição ao “Brasil do passado” é um dos elementos da cadeia de equivalências que unifica o “povo”, conferindo-lhe identidade. Neste movimento que tanto aciona a memória social do povo quanto o convoca para a construção de um mundo mais justo, a representação de “povo” atua na contramão do senso comum e da naturalização do fazer político, pois conclama cada cidadão a ser partícipe da construção do Brasil do futuro.

No item a seguir, analisamos o pronunciamento de Jair Bolsonaro, visando a identificar, a partir da oposição “Nós *versus* Eles”, como é construída a representação de povo, tendo em foco as seguintes operações discursivas: pressupostos, estereótipos e senso comum.

“Nós” e o “Outro” no pronunciamento de Bolsonaro

Os anos que se seguiram à presidência de Lula foram marcados por complexos fenômenos sociais, sobre os quais discorreram diversos autores brasileiros (Bastos, 2017; Rocha, 2021; Chagas, 2018; Chagas, 2021). Um olhar sobre as dinâmicas discursivas do período em questão nos revela uma sociedade caracterizada pela reverberação de notícias que divulgavam crise econômica, casos de corrupção e escândalos políticos, promovendo a desvalorização e deslegitimação da política como atividade voltada aos interesses da coisa pública, o Estado. A “memória social” (Van Dijk, 2017), mobilizada num cenário conturbado de disputas políticas, contribuiu para a formação de sentidos comuns amplamente partilhados, que conferiam significados às instituições democráticas, aos partidos políticos e às velhas elites.

Neste contexto, os discursos “antipolítica” materializavam-se na prática social. Em todo o país, as metrópoles brasileiras viram suas principais avenidas serem ocupadas por uma multidão de manifestantes, que expunham diante do mundo suas muitas demandas não atendidas. A insatisfação revelou-se nas eleições municipais de 2016, quando os partidos governistas sofreram dura derrota³. Em 2017, 94% dos cidadãos diziam não se sentirem representados pelos políticos em exercício, e 81% afirmavam que o problema era sistêmico: não culpavam apenas os partidos, mas o próprio sistema político nacional⁴.

Precondição necessária ao movimento populista, a insatisfação generalizada e as demandas não resolvidas ampliaram-se e aglutinaram-se em torno de uma cadeia de equivalências discursivamente construída entre 2016 e 2019. Neste período, ocorreu a ascensão da candidatura de Jair Bolsonaro. Identificado com a “direita” política, o então deputado federal havia construído sua trajetória numa posição autoproclamada como “antissistema” e “antipolítica”. Apresentava-se como um *outsider*, com o qual os insatisfeitos com o sistema político nacional poderiam se identificar.

³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/em-4-anos-pt-perde-mais-da-metade-das-prefeituras.html>>.

⁴Disponível em:
<https://veja.abril.com.br/brasil/94-dos-eleitores-nao-se-veem-representados-por-politicos/>.

O quadro abaixo reúne aspectos da fala de Bolsonaro no pronunciamento de posse, visando sintetizar elementos da construção dos sentidos em torno de “Nós vs Eles”, a partir dos quais desenvolvemos nossa análise:

Quadro 2: Atribuições de sentido no pronunciamento de posse de Bolsonaro em 2019⁵

NÓS (identificação com o povo)	ELES (construção do inimigo)
• “Nós”: eu, você e nossas famílias; • “Nós” não éramos ouvidos; • “Nós” vamos “reestabelecer padrões éticos e morais”; • “Nós” procuramos o “interesse dos brasileiros em primeiro lugar”; Mudança enunciada: • “Nós” vamos “desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança”; • “Nós” vamos “acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais”; • “Nós” vamos “retirar o viés ideológico” da política.	• “Eles” (Socialismo): “inversão de valores, gigantismo estatal”, “conchavos”, “corrupção”; • “Eles” trouxeram “crise econômica, desemprego, ideologização de crianças, desvirtuamento dos direitos humanos, desconstrução da família”; • “Eles”: ideologia que “defende bandidos e criminaliza policiais”, que “tira vidas de inocentes e destrói famílias”;

Fonte: Os autores.

⁵Disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>.

Tal como Lula, Jair Bolsonaro também constrói a oposição “Nós vs Eles” por meio da autoapresentação positiva vs outro-apresentação negativa (Van Dijk, 2017), em conformidade com a lógica populista. Os enunciados a seguir exemplificam a referida estratégia discursiva: “Nós” vamos acabar com as ideologias destrutivas que “Eles” criaram; “Nós” vamos procurar o interesse dos brasileiros, enquanto “Eles” se importavam apenas com os “interesses partidários”; “Nós” vamos reestabelecer a ética e a moral que “Eles” desvirtuaram.

O pronunciamento de Bolsonaro, se comparado ao de Lula, evidencia uma mudança expressiva nos significados discursivamente mobilizados em torno da representação de “povo” e de seu “inimigo”, pois prioriza argumentos “moralizantes”, por meio dos quais a representação de “povo” é constituída em oposição ao “Outro”. Seu pronunciamento organiza-se em torno do pressuposto que tem a família como maior valor social e, nesta perspectiva, observamos os sentidos atribuídos: i) a família como símbolo da tradição nacional e “alicerce da sociedade”; ii) a família sob ameaça e o “Outro” como responsável por sua “destruição”; iii) a destruição da família causada por uma “ideologia”, caracterizada como “nefasta”, ou associada à “perda de vidas inocentes” e à “inversão de valores”; e iv) a ideologia “socialista” adversa aos valores familiares dos homens de bem.

Se Lula define o “povo” em termos econômicos e o convoca para participar da construção de uma sociedade democrática, Bolsonaro o define em termos morais, o que se evidencia na expressão “pessoas de bem”, ou seja, aqueles que defendem os valores da “família” e rejeitam a “ideologia” do “Outro”. A rede semântica associada à “família” comporta sentidos como “tradição”, “moral” e “ética”, os quais acionam a “memória social” patriarcal, alicerçada na ideia de tradição e em valores machistas, cujos estereótipos encontram-se fossilizados e têm formato bem definido no imaginário popular. A expressão “pessoas de bem” também enfeixa estereótipos sedimentados que mobilizam sentidos relativos ao conservadorismo político e moral (Paganotti, 2009).

O “povo” é representado como uma categoria ameaçada – não apenas em relação aos seus direitos sociais, como em Lula, mas sobretudo em relação ao direito à vida e à liberdade. Bolsonaro aciona uma rede semântica bélica: “homens de bem sob ataque”; “aumento dos índices de violência”; os “inocentes” têm suas “vidas tiradas” e “famílias destruídas”.

O “inimigo” é elemento a ser derrotado, posto que representa ameaça à vida e à sociedade, já bastante vulnerável mediante ação de “bandidos” que assassinam, “crises” que desempregam e “corrupção” que empobrece.

A rede semântica bélica caracteriza tanto o “povo” como um elemento frágil, que necessita de heroica proteção, quanto o “inimigo”, elemento agressivo e letal, mas também informa *quem* é o “Inimigo”: não apenas a “elite política e social” de Lula, pois tem contornos mais amplos, associados à política (“conchavos”, “partidarizado”), à “práticas imorais” (“desvirtuamento” dos direitos, “ideologização” da criança e “desconstrução” da família). Assim, não é o posicionamento social (de classe) ou econômico que define o inimigo, mas a sua ideologia. Discursivamente construído, o “inimigo”, no pronunciamento de Bolsonaro, extrapola o grupo político-partidário, para abranger todo indivíduo que “desvirtua” os direitos, como o professor que “ideologiza” as crianças, as pessoas que “desconstroem” a tradição da família.

Quanto à caracterização moral do “inimigo”, destacam-se na fala de Bolsonaro: o acionamento da memória social na retomada da histórica lógica “Nós vs Eles” do período da Guerra Fria, “Capitalismo vs Comunismo”, que ganhou contornos específicos no Brasil (“Brasileiros vs Comunistas”); a atualização do discurso militar do período da ditadura que, além da ênfase na família, valoriza a “ordem”, a “segurança” e as “pessoas de bem”, em contraponto aos “bandidos” e à “violência” fortalecida pela “ideologia da esquerda”; e o resgate da memória discursiva associada ao “perigo vermelho”, que remonta ao uso de termos historicamente associados ao “comunismo”, os quais envolvem tanto a classe política (“corrupção”, “burocracia”, “politizada”, “fracasso econômico”) como também seus apoiadores/cidadãos comuns (“imorais”, “bandidos”).

Nesta perspectiva, a “esquerda socialista” é “significante vazio” que enfeixa as demandas sociais da população brasileira e que atua como uma cadeia de equivalências, conferindo unidade ao “povo”. Assim, demandas que se referem à pobreza, à insegurança, à desigualdade social, à corrupção e à “desmoralização” da sociedade confluem neste significante. O mote da “luta contra a esquerda” assemelha-se ao “Pão, Terra e Paz” dos revolucionários russos e retoma a identidade coletiva, demanda hegemônica que garante

sua unidade. Contra a “esquerda”, emerge a figura de Jair Bolsonaro, representado como alguém capaz de combatê-la.

A estratégia da “autoexaltação nacionalista” (Van Dijk, 2017) situa o “povo” bolsonarista num espaço não somente físico, mas sobretudo simbólico, pois observa-se a representação de “dois Brasis”: um, idealizado, expresso pelos “recursos minerais abundantes” e pelas “terras férteis abençoadas por Deus”; e outro, a vida vivida, que comporta a “corrupção”, os “conchavos” e a “inversão de valores”. Ao afirmar que tem “uma grande nação para reconstruir”, Bolsonaro constrói sentidos de nação/Brasil devastada por um “Outro”. Por sua vez, a antítese “bem e mal” aciona e intensifica os sentidos positivos e negativos associados ao binômio “Brasileiros vs Comunistas” – que, por sua vez, atualiza a memória social relativa à Guerra Fria.

A estratégia de “autoexaltação nacionalista” explicita o “sonho da vida melhor” para os “brasileiros” – destaque-se que a expressão “trabalhadores brasileiros”, bem como o termo “trabalhador”, não são utilizados por Bolsonaro, o que sinaliza a diferença na atribuição de sentidos ao binômio “Eu” e “Outro”. A relação “Nós vs Eles” opera em um nível “suprapolítico”, pois o termo “brasileiro” reforça a caracterização de um “inimigo” contrário à tradição nacional e definido em oposição à Moral e ao Bem.

Deste modo, a representação de “povo” construída no pronunciamento do presidente Bolsonaro fundamenta-se no senso comum, pois aglutina um conjunto de ideias naturalizadas e compartilhadas nas práticas cotidianas. Para Lopes (1999, p. 149), o senso comum tende a “um grau de universalidade: suas concepções permeiam diferentes classes e grupos sociais, mantendo-se resistentes a mudanças”. As ideias expressas na fala de Bolsonaro – “Pessoas de bem”, família patriarcal e inimigo comunista e mal caráter – são empregadas de modo genérico e universal, sem problematização ou relativização. Em se tratando de representação de “povo” mobilizada no âmbito de manifestações políticas e propostas ou intenções de governo, a rede semântica bélica indica uma conduta voltada ao conflito. Ao convocar o cidadão para defender-se no âmbito moral e familiar, restringe as possibilidades do debate político e do diálogo como forma de entendimento do mundo.

Considerações finais: Representações de “povo” nos pronunciamentos analisados

A análise desenvolvida neste artigo, ainda que se constitua como resultado parcial de um exercício de investigação mais amplo, possibilita refletir sobre como variam os modos de construção da oposição “Nós vs Eles” e como a totalização do “inimigo” se inscreve em um discurso que põe em risco a ordem democrática. Nesta perspectiva, a representação de “povo” é aspecto relevante nos modos de interlocução presidente eleito/governo e cidadãos/povo, bem como na proposição e desenvolvimento das ações governamentais e, em sentido amplo, no fazer político.

Conforme afirmamos na introdução deste trabalho, o discurso político, marcado pela oposição entre duas identidades coletivas – “Nós vs Eles” – comporta sempre algumas características da lógica populista, as quais se manifestam de modo distinto a depender do contexto sócio-histórico e político. Mouffe (2015) concebe dois modos de construção da oposição, por “adversariedade” e por “antagonismo”. A oposição construída por “adversariedade” implica uma relação em que as diferenças se dão majoritariamente no campo das disputas de poder, nas quais o “Outro” é parte legítima. O “inimigo” seria, assim, um “rival” ou “adversário”, que não se caracteriza como uma ameaça ou parte ilegítima do estrato social. Ainda que características populistas sejam inerentes à construção da oposição “Nós vs Eles”, trata-se de oposição entre identidades coletivas, cadeia de equivalências a unir o “povo”.

Por sua vez, a oposição “Nós vs Eles” baseada no “antagonismo” (Mouffe, 2015) implica uma relação de profundo distanciamento entre o “Eu” e o “Outro” – quando o “inimigo” ameaça o desenvolvimento social, sendo considerado socialmente ilegítimo, portanto, destituído parcial ou totalmente de direitos. Nesta perspectiva, oposição “Nós vs Eles” é marcada pela deslegitimação do outro, o que representa uma ameaça à ordem democrática, à medida que estaríamos diante de um “povo” formado a partir da exclusão do “Outro”.

Os dois pronunciamentos analisados apresentam similaridade nos processos de construção discursiva, pois operam com estratégias semelhantes: em ambos, a identidade

popular tem características próprias e a unidade se funda em uma cadeia de equivalências formada em torno de alguns significantes vazios (“luta contra a esquerda”, “Brasil do passado”, “prosperidade”). Do mesmo modo, os dois pronunciamentos comportam a ideia de sociedade dividida, pois o “povo” encontra-se em oposição a um “inimigo. Embora identifiquemos a adoção de estratégias de produção do discurso populista semelhantes, o modo de representar “povo” e significar o mundo encerram diferenças profundas que evidenciam o espectro político – direita ou esquerda – de cada presidente. Conforme Taggart (2000), o populismo possui uma “qualidade camaleônica”, de modo que podem ser combinadas diferentes posições políticas por políticos com diferentes ideologias.

Nesta perspectiva, há diferenças na caracterização do inimigo e no modo de construir a oposição entre “Nós vs “Eles”, de tal forma que as representações de “povo” revelam diferenças expressivas no modo como cada presidente mobiliza “significações de mundo”. Fairclough (2001) advoga que, para analisar as “significações de mundo”, deve-se procurar reconstruir ou identificar pressupostos, estereótipos e o senso comum que circulam no contexto analisado. Nesta perspectiva, podemos afirmar que as práticas discursivas e as práticas sociais desenvolvem-se em estreita relação, de tal forma que conceber o discurso como prática social implica considerar que as práticas discursivas constituem e são constituídas pelos diversos componentes culturais que integram o contexto sócio-histórico e econômico no qual as representações de povo são produzidas.

Segundo Gandesha (2018, p. 63), “o populismo de direita ou autoritário define o inimigo em termos personalizados, o populismo de esquerda tende a definir o inimigo em termos de estruturas socioeconômicas e raramente como grupos particulares”. Assim, para Lula, a identidade coletiva ganha contornos econômicos e é definida a partir da noção de classe. A memória social brasileira é acionada para evidenciar o distanciamento entre a “elite” e a parte restante da população, o que dá indícios de diversidade na formação deste “povo” e implica um desafio para o estudo da experiência populista, uma vez que se trata de um grupo heterogêneo. Definir a identidade popular em termos econômicos permite identificar o “povo” sem necessariamente estabelecer confronto com o “inimigo” e também destacar alguns grupos menos favorecidos (Lula se refere, por exemplo, aos “mais necessitados” e aos “catadores de lixo”). Embora a unidade popular se refira a um

grupo amplo, todas as classes estão interligadas por uma cadeia de equivalências construída em torno do significante “prosperidade”.

Já para Bolsonaro, a representação de “povo” se desloca do campo semântico econômico (brasileiros pobres) para o da moralidade (homens de bem) e a dicotomia “Nós vs Eles” assume características maniqueístas (Bem vs Mal). Definir a identidade popular com base em valores morais faz com que a ideia de “povo” seja fluida e indistinta. Que moral é esta que unifica o grupo? O que significa ser “homem de bem”? Como defini-lo sem a existência de um “mal” para lhe servir de contraponto?

O “povo” bolsonarista é difícil de ser definido como um grupo social. Sua caracterização é vaga, apreensível por meio de avaliação subjetiva e em relação/antagonismo ao “Outro”. Ou seja, a identidade popular é moldada à medida em que ela se distancia das características do “inimigo”; na ausência deste, o “povo” se torna uma categoria imprecisa, pois a unidade popular se fortalece no confronto, no distanciamento entre “Nós” e “Eles”.

Há também diferença nos significantes vazios que garantirão a unidade do “povo”, por meio da cadeia de equivalências entre as demandas. No pronunciamento de Lula, os significantes “Brasil do passado” e “Nação próspera” remetem aos campos semânticos da economia e do social, instâncias de realização da “luta popular”. O passado abriga as desigualdades manifestas nas “décadas de dívida social” – expressão vaga que será ressignificada conforme as demandas individuais. Por sua vez, o futuro pressupõe “prosperidade” e terá significados diferentes para os diferentes indivíduos que se identificarem com o “povo”.

Já no pronunciamento de Bolsonaro a unidade popular é construída em torno do significante “luta contra a esquerda”, sugerindo que a vitória sobre esta “ideologia” representaria o fim dos problemas nacionais. Para este significante vazio convergem várias demandas individuais – que, no Brasil de 2018, diziam respeito principalmente aos problemas de corrupção, falta de segurança e desemprego. Como o “povo” bolsonarista caracteriza-se discursivamente como “sob ameaça”, a “luta contra a esquerda”, no âmbito

do governo, terá de ser vencida por Bolsonaro e por seus “ministros técnicos capazes de transformar o Brasil”, que retirarão os vieses das relações governamentais.

No pronunciamento de Lula, a econômica ganha particular ênfase, conquanto as relações de poder são definidas a partir da noção de classe social (“Trabalhadores vs Elite Econômica”). Já no de Bolsonaro, tais relações se constroem a partir de uma visão maniqueísta de mundo (brasileiro/ homem de bem vs esquerda/mau caráter). Se Lula constrói uma representação de “povo” fundada na participação e na possibilidade de transformações sociais, Bolsonaro, por sua vez, representa o “povo” baseado no confronto e na manutenção do *status quo* da família como maior valor social. Tal achado corrobora as ponderações de Mendonça & Resende, os quais alertam para o fato de que o populismo de direita é “conservador retrógado” (2021, p. 11 e 12).

Considerando as significações de mundo implicadas em ambas as representações de “povo”, podemos afirmar que o discurso populista de Lula – se é que podemos assim defini-lo – favorece as práticas democráticas, na medida que abriga as diferenças, mostra-se afeito ao diálogo, à justiça social e conclama o povo a atuar como partícipe da construção e ressignificação de mundo. Por sua vez, o discurso populista de Bolsonaro apresenta-se como uma ameaça aos regimes democráticos, na medida que nega a diferença, deslegitima o outro e tende a uma atitude autoritária quando enfatiza a necessidade de “salvar os valores e a identidade” de uma nação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. Lula, Serra e a disputa pelo discurso da “Mudança” em 2002. ANAIS do 12º Encontro Anual da Compós. Recife: GT Comunicação e Política, 2003. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_933.pdf>. Acesso em: 10 mar 2020.

BASTOS, P. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff: poder estrutural, contradição e ideologia. In: Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, mai./ago. 2017.

CAZARIN, A. O silenciamento do “Eu”, de “O Lula” e do “Presidente Lula”. EDUNISC, Revista Signo. V 32, n. 52, p. 16-27, 2003. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/19/12>>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

CHAGAS, V. Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 72, p.169-196, Jan./ Abr. 2021.

CHAGAS, V. A febre dos memes na política. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1-26, jan. 2018.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: UnB, 2001.

GANDESHA, S. Understanding Right and Left Populism. In: MORELOCK, J. (org.). *Critical Theory and Authoritarian Populism*. Londres: University of Westminster Press, 2018, p. 49-70.

GIDDENS, A. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FIORIN, JL. Relações entre sistemas no interior da semiosfera. In: MACHADO, I. (org.). *Semiótica da Cultura e Semiosfera*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 175-204.

HAWKINS, K.; AGUILAR, R.; SILVA, B.; JENNE, EK; KOCIJAN, B.; KALTWASSER, CR. Measuring Populist Discourse: the global populism database. In: EPSA Annual Conference, 20-22 jun. 2019. Disponível em: <https://populism.byu.edu/App_Data/Publications/Global%20Populism%20Database%20Paper.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

HAMELEERS, M.; FAWZI, N. Widening the divide between Them and Us? The effects of populist communication on cognitive and affective stereotyping in a comparative European setting. *Political Communication*, v. 37, n. 5, p. 612-634, 2020.

HUBER, R.; SCHIMPF, C. On the distinct effects of Left-Wing and Right-Wing Populism on democratic quality. *Politics and Governance*, v. 5, n. 4, p. 146-165, 2017.

LACLAU, E. *A razão populista*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOPES, AC. Saberes em relação aos quais o conhecimento escolar se constitui: Conhecimento científico; conhecimento cotidiano. In: LOPES, AC. *Conhecimento escolar: ciência e cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

MENDONÇA, D.; ALMEIDA, E. A especificidade do populismo de esquerda. *História*, v. 40, n. 1, 2021.

MICHELETTI, M.; STOLLE, D. Concept of Political Consumerism. In: SHERROD, L. R. (org.). *Youth Activism: An International Encyclopedia*. Connecticut: Greenwood, 2005.

MOUFFE, C. *Sobre o Político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MUDDE, C. *Populist radical right parties in Europe*. Londres: Cambridge University Press, 2007.

OTJES, S., & LOUWERSE, T. Populists in Parliament: Comparing Left-Wing and Right-Wing Populism in the Netherlands. *Political Studies*, v. 63, n. 1, p. 60–79, 2015.

PAGANOTTI, I. Sedimentação, erosão, abalos e erupção de imagens: Reprodução e transformação de representações sociais. Estudos em Jornalismo e Mídia. Ano VI - n. 2 pp. 189 - 202 jul./dez. 2009.

ROCHA, J. Guerra Cultura e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

SALMELA, M.; SCHEVE, C. Emotional dynamics of right- and left-wing political populism. Humanity & Society, v. 42, n. 4, p. 434-454, 2018.

SILVA, M.; COSTA, E.; COSTA, A. Conhecimento científico e senso comum: uma abordagem teórica. In: ANAIS do VII Colóquio Internacional, São Cristóvão, 19-21 dez. 2013.

SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, J. Elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TAGGART, P. Populism. Buckingham: Open University Press, 2000.

VAN DIJK, T. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2017.

VAN DIJK, T. What is Political Discourse Analysis?. In BLOMMAERT, Jan & BULCAEN, Chris (Ed.), Political Linguistics. Amsterdam: John Benjamins, 1997.

Notas

Este artigo consiste numa versão modificada e ampliada de um dos eixos de problematização desenvolvidos acerca do populismo no trabalho apresentado no GP “Políticas e estratégias de comunicação”, do 42º. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM 2019.

Esta pesquisa foi financiada pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação (PROSUP) da Capes.

Os Autores

Lucas L. Fraga é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM/SP. Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Discursos e Biopolíticas do Consumo”. Bolsista CAPES/Prosup. E-mail: lucaslf.fraga@gmail.com

Tânia Hoff é docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP). Doutora em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: thoff@espm.br

Data de submissão: 07/05/2020

Data de aprovação: 16/12/2021